SAUDE DO PROFESSOR

PERSEU ARTEMUS DUARTE PINTO

Resumo:
Devido às altas taxas de afastamento de professores por motivos médicos e ao número crescente de exonerações, evidenciado pelo aumento significativo de contratações temporárias, este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre os principais problemas de saúde que afetam os profissionais da educação. Os dados revelam uma realidade alarmante, que expõe a urgente necessidade de reformulação do sistema educacional brasileiro, historicamente marcado por reformas ineficazes e desacreditadas pelos próprios agentes educacionais. Estudos apontam que mais de 60% dos docentes da rede pública apresentam algum tipo de distúrbio osteomuscular, índice extremamente elevado para uma única categoria. Além disso, problemas relacionados ao uso excessivo da voz, doenças respiratórias — como a Covid-19, com incidência 138% maior entre professores do que na população geral — e o alto número de casos da Síndrome de Burnout, reforçam o caráter insalubre da profissão docente. Apesar do reconhecimento nacional e internacional dessas problemáticas, o Brasil negligencia de forma sistemática a valorização e o cuidado com a saúde dos professores. A ausência de políticas públicas eficazes, somada à sobrecarga de trabalho, baixos salários, precarização da infraestrutura escolar e violência no ambiente educacional, compromete não apenas a saúde física e mental dos educadores, mas também a qualidade do ensino. A crescente evasão da carreira e o uso excessivo de contratos temporários revelam o desinteresse do Estado em garantir a permanência desses profissionais na rede pública. Diante disso, é urgente o investimento em ações estruturais, pedagógicas e preventivas que promovam ambientes escolares mais saudáveis, seguros e acolhedores. A valorização do professor deve ser compreendida como eixo fundamental para o fortalecimento da educação e o desenvolvimento social do país.
Palavras-chave: Saúde do professor. Burnout. Precarização docente. Políticas públicas. Sistema educacional.

1. INTRODUÇÃO

O aprender é uma das características fundamentais da espécie humana, e a complexidade das exigências sociais contemporâneas tornou indispensável um processo de aprendizagem sistematizado. Para atender a essa necessidade, consolidou-se o papel do profissional da educação, cuja função ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, sendo essencial para a formação cidadã, o desenvolvimento social e a construção de conhecimento, inclusive nas dimensões mais básicas da sobrevivência.

Historicamente, o processo educacional foi inicialmente assumido pela Igreja, que utilizava o ensino como instrumento de controle social, formando indivíduos obedientes à doutrina e à ordem vigente (PAIVA, 2000). Ao longo das décadas, ocorreram diversas reformas educacionais que, embora apresentassem propostas progressistas, buscavam atender tanto às demandas sociais quanto aos interesses do mercado e da elite financeira (RIBEIRO, 1993). No entanto, tais reformas foram limitadas por constantes cortes orçamentários e pela ausência de políticas públicas consistentes, o que impediu avanços reais na qualidade do ensino (ABRAMOVAY, 2008; CASTANHA, 2008; COSTA, 2016; JUNIOR & PALHARES, 2023).

Nesse cenário, os professores são submetidos a condições de trabalho adversas: baixos salários, jornadas excessivas, salas superlotadas, violência, desvalorização profissional e infraestrutura inadequada. Tais fatores contribuem para o adoecimento físico e mental dos docentes, tornando a profissão uma das mais afetadas por síndromes como Burnout, distúrbios osteomusculares e doenças vocais (PAGANI, 2019; EUGÊNIO et al., 2017; REIS, 2012; LEITE et al., 2016). A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012) já apontava que as atividades laborais são uma das principais causas de adoecimento no mundo, sendo especialmente críticas quando exigem posturas inadequadas, sobrecarga física e esforço repetitivo (CAR-

LOTTO et al., 2015).
Estudos apontam que cerca de 91% dos professores já apresentaram sintomas de distúrbios osteomusculares, além de serem mais suscetíveis a doenças respiratórias, como evidenciado em 2021, quando os casos de Covid-19 entre docentes foram 138% superiores à média da população geral (VIEIRA, 2021).
Diante desse contexto alarmante, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica dos principais problemas de saúde que acometem os profissionais da educação, buscando refletir sobre os impactos dessas condições no processo educativo e apontar a necessidade urgente de mudanças estruturais no sistema educacional. Tais mudanças devem visar a construção de um ambiente de trabalho mais salubre, que valorize o professor e promova sua qualidade de vida, condição imprescindível para a efetivação de uma educação de qualidade.

2. DESENVOLVIMENTO

O "saber fazer" nasce conosco, inscrito em nosso DNA e herdado por gerações, com pequenas alterações (mutações) “bem-sucedidas” que nos fornecem uma memória genética — o instinto. Nascemos com habilidades relacionadas à sobrevivência, e esse sistema nos permite aprender com mais facilidade, principalmente quando o conhecimento está ligado a emoções evocadas por essas memórias genéticas. Graças ao modelo cerebral que desenvolvemos ao longo dos 300 mil anos de evolução do Homo sapiens, e à acumulação de conhecimento herdado, conseguimos avançar continuamente até chegar ao nível tecnológico atual.
Nos primeiros anos de vida, esse conhecimento é transmitido principalmente pela família, responsável por desenvolver a moral do indivíduo. No entanto, como vivemos em sociedade, o contato entre diferentes visões morais pode gerar conflitos, o que evidencia a necessidade de uma instrução ética formal.
Com o crescimento e complexidade do conhecimento exigido pela sociedade moderna, o núcleo familiar já não consegue suprir sozinho essa demanda, sendo necessário o trabalho de um profissional especializado: o professor. Diante da alta demanda por conhecimento, os professores precisaram se especializar cada vez mais, com formações específicas para atender adequadamente às exigências educacionais.
A profissão de professor remonta à Antiguidade, com os filósofos gregos ensinando em locais públicos, e também no Antigo Egito, onde há registros da formação de escribas em escolas reais. A função de ensinar e transmitir conhecimento era, inicialmente, desempenhada por indivíduos que, mesmo não sendo formalmente professores, atuavam como educadores.
Durante a Idade Média, a Igreja assumiu o papel de principal instituição educadora. O objetivo da educação nesse período era manter a ordem social por meio da crença no orbis christianus, onde cada indivíduo cumpria o papel determinado por Deus: o rei governava, o padre rezava, o soldado guerreava, o comerciante negociava, e a mulher cuidava do lar. A educação promovida visava formar uma mão de obra obediente e barata, moldando o cidadão para ser dócil e submisso dentro de uma sociedade estruturada sobre a sacralidade (PAIVA, 2000).
Com as Reformas Pombalinas, a educação passou do domínio da Igreja para o Estado, marcando o início da profissionalização do magistério. No início do século XVII, regulamentaram-se as Escolas de Primeiras Letras, estabelecendo o primeiro sistema formal de formação de professores (RIBEIRO, 1993).
Com o tempo, o papel do professor deixou de ser apenas o de transmissor de conteúdo, passando a ser também mediador de conflitos, gestor de sala de aula e articulador entre o conhecimento científico e a realidade vivida pelos alunos. O acúmulo de funções, somado à ausência de valorização social e econômica da profissão, tem contribuído para o crescente desinteresse dos jovens pela carreira docente. Essa crise de identidade do professor é reflexo de uma longa trajetória histórica que exige uma análise crítica e urgente sobre os rumos da educação no Brasil.
O Brasil passou por inúmeras reformas no sistema educacional que exigiram formações mais específicas por parte dos profissionais da educação, como, por exemplo, cursos de nível superior. Esse processo culminou na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996,

considerada um marco na regulamentação e organização da educação brasileira.

Mesmo com esses avanços, a educação no país sempre sofreu com a carência de investimentos e políticas públicas consistentes, o que impediu que as reformas realizadas surtissem o efeito prometido (ABRAMOVAY, 2008; CASTANHA, 2008; Costa, 2016; JUNIOR & PALHARES, 2023).

Devido às ineficiências acumuladas ao longo dos anos, o sistema de ensino passou a apresentar sérios problemas, evidenciados principalmente no processo de aprendizagem, conforme demonstrado por avaliações externas como o PISA e a Prova Brasil. Esses resultados são reflexos diretos das condições precárias do exercício da docência.

A carga horária de trabalho do professor, ainda que formalmente regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 44 horas semanais, não reflete a realidade da profissão. Entre os afazeres extraescolares, como planejamento de aulas, correção de atividades e atendimento a pais e alunos, muitos professores ultrapassam significativamente essa carga. Além disso, recebem uma remuneração que não condiz com a complexidade e importância da função. São profissionais que, em geral, possuem mais de uma formação acadêmica, cursos de pós-graduação e, em muitos casos, formação stricto sensu.

Na busca por uma remuneração que garanta uma vida minimamente digna, muitos docentes acumulam cargos e jornadas, o que agrava ainda mais o cenário de sobrecarga. Essa pressão constante os torna vulneráveis ao esgotamento físico e emocional, contribuindo para o adoecimento da categoria (PAGANI, 2019).

Alguns professores relatam que os sintomas do adoecimento surgiram logo após o ingresso na carreira. Outros afirmam que, embora já apresentassem problemas de saúde, o trabalho em sala de aula agravou esses quadros ou desencadeou novas enfermidades (EUGÊNIO et al., 2017).

Trata-se de um problema estrutural da educação brasileira que impede o desenvolvimento de uma escola capaz de atender às demandas e expectativas de seu público. Salas de aula superlotadas, ausência de materiais pedagógicos, infraestrutura inadequada e falta de apoio institucional agravam os desafios diários do professor. Como consequência, comportamentos indisciplinados tornam-se frequentes: alunos conversam sobre assuntos alheios ao conteúdo, desrespeitam as orientações do docente e desvalorizam o espaço escolar.

Esse ambiente de tensão leva o professor ao desgaste contínuo, tendo que utilizar excessivamente a voz e os esforços emocionais para manter o controle da turma, o que desencadeia sentimentos de impotência e frustração. Tais situações tendem a se repetir e se intensificar, criando um ciclo vicioso de estresse e perda de autoridade. A ausência de suporte institucional e de formação continuada específica para lidar com essas adversidades torna ainda mais evidente a urgência de mudanças estruturais. Investir no bem-estar docente é investir na qualidade da educação.

ara exercer a profissão, é comum que o professor permaneça por longos períodos utilizando o quadro negro, digitando provas e planejamentos, corrigindo trabalhos e realizando outras atividades que exigem posturas inadequadas. Essas tarefas repetitivas contribuem para o estresse biomecânico, especialmente nos ombros, predispondo os docentes a diversas lesões (CEZAR-VAZ et al., 2011; COELHO et al., 2010). A elevação dos membros superiores acima da linha dos ombros, como no uso contínuo da lousa, aumenta em até 7,9 vezes o risco de desenvolver distúrbios musculoesqueléticos (COELHO et al., 2010).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012) destaca que atividades laborais são uma das principais causas de problemas de saúde ocupacional, sendo tema recorrente de preocupação em diversos países, em diferentes contextos de trabalho (CARLOTTO et al., 2015). A entidade ressalta que atividades que exigem inclinação do tronco, posturas estáticas prolongadas e levantamento de peso estão entre as mais desgastantes para o sistema osteomuscular.

Essas evidências reforçam os estudos de Coelho et al. (2010), que demonstram que tarefas como escrever no quadro negro, digitar e corrigir atividades — movimentos repetitivos e mantidos em posturas inadequadas — geram sobrecarga biomecânica, especial-

mente nos ombros. Essa sobrecarga pode resultar em lesões como tendinite, bursite e síndrome do impacto. O estresse, as extensas jornadas de trabalho e a insuficiência de períodos de descanso agravam ainda mais esse quadro.

Estudos apontam que mais de 90% dos professores já apresentaram algum sintoma relacionado a distúrbios osteomusculares. Desses, 36,5% relataram sentir dor ou desconforto na região dos ombros, enquanto 16,5% possuem diagnóstico de bursite — inflamação da bursa, uma bolsa repleta de líquido sinovial cuja função é amortecer o atrito entre os tecidos e facilitar os movimentos articulares.

A tendinite, por sua vez, é o diagnóstico mais comum entre os professores, consolidando a docência como uma das categorias profissionais com maior incidência de Lesões por Esforço Repetitivo (LER). Quando somadas outras enfermidades como bursite, tendinites diversas e síndrome do impacto, estima-se que cerca de 60% dos docentes estejam acometidos por algum tipo de comprometimento musculoesquelético relacionado ao trabalho.

Além das dores físicas, essas condições também afetam a produtividade, a concentração e a qualidade das aulas, interferindo diretamente no desempenho profissional e no processo de ensino-aprendizagem. O impacto psicológico da dor crônica e da limitação funcional ainda é subestimado, mas merece atenção. O absenteísmo, as licenças médicas e até o abandono da carreira são consequências concretas dessa realidade que fragiliza a saúde docente e compromete o sistema educacional como um todo.

Um estudo com mais de 100 professores revelou que aproximadamente 91% dos participantes já apresentaram sintomas de problemas osteomusculares que impactaram diretamente o desempenho de suas funções docentes. Esses dados evidenciam a necessidade urgente de atenção à saúde ocupacional dos educadores. É fundamental que, ao sinal de dor ou desconforto — principalmente na região dos ombros — o profissional busque auxílio médico especializado, a fim de obter um diagnóstico e iniciar um tratamento adequado, prevenindo o agravamento do quadro.

Outro estudo realizado por Eugênio (2017) também apontou que a saúde do professor está significativamente comprometida, tanto no aspecto físico — com quadros de bursite, tendinite, distúrbios vocais e alterações de pressão arterial — quanto no emocional, com sintomas de estresse, angústia, desânimo, apatia e impaciência, compondo o que se convencionou chamar de “mal-estar docente”.

Além das lesões osteomusculares provocadas por posturas inadequadas e movimentos repetitivos dos membros superiores, destaca-se ainda que a voz é uma das principais ferramentas de trabalho do professor, tornando-o especialmente vulnerável a distúrbios vocais e respiratórios. A exposição constante à fala em ambientes ruidosos, com má acústica e ventilação deficiente, contribui para o surgimento de disfonias (rouquidão, falhas vocais), lesões laríngeas (nódulos, pólipos, edema de Reinke), bem como alergias e infecções respiratórias causadas pelo uso do giz, poluição atmosférica ou ambientes escolares insalubres.

Dados recentes reforçam essa vulnerabilidade: em 2021, após o retorno das atividades presenciais no contexto da pandemia de Covid-19, os casos registrados da doença entre professores foram 138% superiores à média da população geral (VIEIRA, 2021). Isso demonstra não apenas a fragilidade do ambiente escolar em termos sanitários, mas também a exposição contínua dos docentes a riscos infecciosos, principalmente em espaços fechados, com grande número de alunos e ventilação precária.

O uso abusivo da voz tornou-se, em muitos casos, a única estratégia disponível para tentar controlar a indisciplina e manter o mínimo de ordem na sala de aula. Conversas paralelas constantes, o uso indevido de dispositivos eletrônicos com som elevado e a falta de estrutura física adequada levam o professor a elevar o tom de voz de forma contínua, o que agrava os problemas vocais e respiratórios. Esse cenário evidencia um processo de adoecimento psicossomático que está profundamente enraizado nas condições de trabalho e nas tensões cotidianas vividas pelos docentes (EUGÊNIO et al., 2017; REIS, 2012; LEITE et al., 2016).

A aprendizagem sofre impacto direto em

sua qualidade, especialmente nas relações interpessoais entre professores e alunos. Diferenças éticas, métodos de ensino e expectativas quanto ao papel de ambos em sala de aula podem influenciar significativamente o grau de afetividade, o respeito mútuo, o envolvimento acadêmico e a redução de conflitos (VERAS & FERREIRA, 2010). No entanto, a realidade brasileira está longe desse ideal. O ambiente escolar tem se tornado cada vez mais hostil, com uma escalada constante de violência entre professores e alunos, comprometendo não apenas o processo educativo, mas também a saúde mental e física dos profissionais da educação.

O tema da violência escolar tem sido amplamente discutido pela mídia e por pesquisadores da área. Um exemplo é o editorial de Ferreira (2017), mantido no Jornal da USP, que aborda a violência contra professores, com dados atualizados fornecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo o levantamento mais recente, aproximadamente 12,5% dos professores brasileiros são vítimas de violência em sala de aula pelo menos uma vez por semana — um número alarmante quando comparado à média global de 3,4% (ILHÉU, 2023).

Andersen (2023) reforça esses dados, destacando que cerca de 80% dos professores no Brasil já sofreram algum tipo de agressão, um aumento de 20% em relação a 2022. Desse total, aproximadamente 10% das agressões são de natureza física. Chama atenção o envolvimento dos responsáveis pelos alunos em 31% dos casos de agressões físicas — um dado que revela a deterioração do respeito não só dentro da sala de aula, mas também nas relações com a comunidade escolar. A pesquisa da Nova Escola confirma essa tendência preocupante (ILHÉU, 2023).

O cenário torna-se ainda mais grave quando se observa que, em 2022, treze pessoas perderam a vida em atentados ocorridos em escolas públicas e privadas de educação básica no Brasil (JUNIOR & PALHARES, 2023). Esses episódios revelam uma crise de segurança no espaço escolar que vai além de conflitos interpessoais e configura-se como um problema estrutural da sociedade.

Além disso, cerca de 60% dos professores relatam já terem sofrido ao menos um episódio de violência — que inclui agressões verbais, físicas ou ameaças de danos materiais. Em grande parte dos casos, os alunos são os principais agressores, mas a participação de pais e outros membros da comunidade escolar também é significativa.

Pesquisas indicam que o desenvolvimento da Síndrome de Burnout é mais prevalente entre professores do que em outras categorias profissionais. O estudo de Levy et al. (2009) mostra que as atuais políticas de gestão educacional, aliadas à desvalorização da carreira docente e às adversidades do cotidiano escolar, favorecem um ambiente propício ao esgotamento físico e emocional, levando ao adoecimento dos profissionais da educação.

Esse problema é uma das principais causas de afastamento de professores. Trata-se de uma situação recorrente, em que a intervenção costuma ser apenas médica, resultando no afastamento temporário do profissional sem que a gênese da situação seja efetivamente enfrentada (ALBUQUERQUE et al., 2018). A raiz estrutural da crise docente, como as condições de trabalho e as exigências emocionais impostas à categoria, é frequentemente ignorada.

Professores com Síndrome de Burnout tendem a estar mais suscetíveis a sofrer agressões físicas e morais, uma vez que a exaustão emocional e a despersonalização comprometem sua capacidade de lidar com situações adversas. Tornam-se, muitas vezes, menos pacientes e mais reativos, o que agrava os conflitos com alunos, pais e gestores, dificultando o relacionamento com a comunidade escolar (LEVY et al., 2009).

Estudos apontam que mais de 70% dos professores apresentam sinais de Burnout. Dentre esses, 85% afirmaram sentir-se ameaçados em sala de aula, sendo que 44% cumprem jornadas superiores a 60 horas semanais, e a maioria se encontra na faixa etária inferior aos 50 anos. Os baixos salários e a precarização do trabalho docente levam esses profissionais a acumularem funções e a trabalharem em múltiplas escolas, buscando uma remuneração minimamente digna. Isso resulta em uma sobrecarga física e cognitiva ainda maior, especialmente entre os professores mais jovens e atuantes em redes públicas (LEVY et al., 2009; JACOMINI &

MINHOTO, 2015).

Somente no primeiro semestre de 2023, a rede estadual de ensino de São Paulo registrou 20.173 afastamentos de professores por questões relacionadas à saúde mental — um aumento de 15% em comparação ao mesmo período de 2022. Isso equivale a cerca de 112 profissionais afastados por dia, por diagnósticos como depressão, ansiedade e crises de pânico (MELLO, 2023).

A elevada incidência de transtornos psíquicos entre docentes está relacionada à combinação de fatores como: carga horária excessiva, número elevado de turmas, exigência de tarefas extraescolares (como planejamento e correção), baixos salários, infraestrutura deficiente, salas de aula superlotadas, e falta de apoio institucional (LEVY, 2009; ALBUQUERQUE et al., 2018; PAGANI, 2019).

Esses fatores convergem para o esgotamento mental e emocional dos professores, comprometendo não apenas sua saúde, mas também a qualidade do ensino oferecido aos alunos. A ausência de políticas públicas efetivas para prevenção e acolhimento do sofrimento psíquico torna o ambiente escolar ainda mais hostil. É urgente discutir a criação de programas de apoio psicossocial permanentes dentro das escolas, promovendo a valorização da saúde mental docente.

A Síndrome de Burnout é um dos transtornos mais comuns entre professores, marcada pela ausência de realização profissional, sentimentos de ineficácia, pressão contínua, conflitos constantes e recompensas emocionais escassas. A exposição diária a essas situações leva ao desenvolvimento de estresse crônico e profundo mal-estar, gerando impactos duradouros na vida pessoal e profissional desses trabalhadores (CARLOTTO et al., 2015).

Os índices de afastamento de professores têm se tornado cada vez mais alarmantes, com muitos casos evoluindo para incapacidade parcial ou total, e em situações mais graves, resultando em aposentadorias por invalidez. Esse cenário representa não apenas um grande ônus financeiro ao Estado, mas também prejuízos diretos à qualidade do ensino e à continuidade dos processos pedagógicos (EUGÊNIO et al., 2017).

Na tentativa de preservar sua saúde física e mental, muitos docentes recorrem ao uso recorrente de faltas, licenças médicas, remoções ou realocações temporárias. Outros permanecem no ambiente escolar em estado de apatia, esgotamento e desmotivação, o que compromete a relação com os alunos e o rendimento escolar (PAGANI, 2019).

Entre os profissionais da educação, é comum encontrar o desejo de abandonar a carreira. No entanto, a ausência de alternativas financeiras e a falta de formação em outras áreas mantêm esses trabalhadores reféns da docência. Muitos investiram anos de estudo e recursos pessoais em sua formação acadêmica, tornando inviável uma mudança de profissão sem riscos significativos à sua sobrevivência econômica (EUGÊNIO et al., 2017).

Esse ciclo de desgaste progressivo revela uma realidade que ultrapassa a dimensão individual: trata-se de um fenômeno social que exige intervenção estatal. A precarização do trabalho docente compromete não apenas os profissionais, mas todo o projeto de uma educação pública de qualidade. A negligência do Estado nesse aspecto se traduz em um sistema que adoece seus educadores enquanto cobra resultados em avaliações externas que ignoram o contexto real das escolas.

Diante desse panorama, torna-se urgente o desenvolvimento de políticas públicas eficazes voltadas à proteção da saúde física e mental do professor. Embora a docência, por suas próprias características, já seja uma profissão vulnerável a desgastes, os índices brasileiros de adoecimento docente ultrapassam de forma expressiva a média mundial. Isso escancara a negligência com que o problema tem sido tratado pelas autoridades educacionais.

A constituição de uma rede de proteção aos professores é fundamental. É preciso garantir não apenas condições dignas de trabalho, mas também suporte emocional, infraestrutura adequada e remuneração compatível com a responsabilidade atribuída ao magistério. Somente assim será possível assegurar um ambiente escolar saudável, capaz de favorecer tanto o bem-estar docente quanto o processo de ensino-aprendizagem.

3. Considerações Finais

É evidente que a profissão de professor no Brasil está associada a diversos problemas de saúde física e mental, refletidos nas altas taxas de afastamento que comprometem diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, torna-se urgente o desenvolvimento de políticas públicas que não apenas reconheçam a importância da saúde do professor, mas que também implementem ações concretas de prevenção, acompanhamento e valorização desse profissional.

A adoção de práticas metodológicas inovadoras, com o uso de recursos tecnológicos, pode contribuir para a redução do esforço físico em sala de aula, minimizando o risco de lesões osteomusculares. Além disso, metodologias ativas e atrativas têm potencial para engajar os alunos, melhorar o clima escolar e reduzir conflitos, fortalecendo os vínculos e o respeito mútuo entre docentes e discentes.

É fundamental envolver toda a comunidade escolar — professores, alunos, pais, gestores — em projetos de convivência, com foco na construção de um ambiente harmônico, colaborativo e respeitoso. A criação de programas permanentes de orientação sobre o uso correto da voz, ergonomia e gestão emocional também se mostra indispensável para a preservação da saúde docente.

O investimento na saúde dos professores deve ser encarado como um pilar central na reestruturação da educação brasileira. Afinal, a qualidade do ensino está diretamente ligada à valorização do profissional que o executa. Este trabalho não esgota os estudos sobre a saúde do educador, mas aponta caminhos possíveis para o enfrentamento desse problema estrutural. É necessário fomentar novos debates e pesquisas que possam aprofundar o diagnóstico e propor soluções eficazes, garantindo o direito à educação e o direito ao trabalho digno.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovay, M. Escolas e Violências. Revista Observare. Volume 4, outubro de 2008. Disponível: https://www.observatorioseguranca.org ISSN 1981-1780.

Albuquerque, G. S.C.; Lira,L. N. A.; Junior, I. S. ; Chiochetta, R. L.; Perna, P. O.; Silva, M. J. S. EXPLORAÇÃO E SOFRIMENTO MENTAL DE PROFESSORES: UM ESTUDO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ, Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.287-1.300, set./dez. 2018.

Carlotto, M. S.; Dias, S. R. S; Batista, J. B. V.; Diehl, L. O papel mediador da autoeficácia na relação entre a sobrecarga de trabalho e as dimensões de Burnout em professores. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 20, n. 1, p. 13-23, jan./abr. 2015.

Castanha, A. P. ESCOLAS NORMAIS NO SÉCULO XIX: um estudo comparativo, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.17-36, dez.2008.

CEZAR-VAZ, M. R.; ALMEIDA, M. C. V.; ROCHA, L. P.; BORGES, A. M.; BONOW, C. A.; Oliveira, G. S. A OCORRÊNCIA DE DISTURBIOS MUSCULARES ENTRE PROFESSORES: A NECESSÁRIA INTERVENÇÃO EM SAÚDE. 3° Seminário internacional sobre o trabalho na enfermagem. Biossegurança no Trabalho da Enfermagem: Perspectivas e Avanços. Bento Gonçalves – RS. 11 a 13 Agosto 2011.

Coelho, C. T.; Dias, D.; Neto, M.; Matos, M. A. PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DO OMBRO DOLOROSO (SOD) E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA EM PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE NÍVEL SUPERIOR NA CIDADE DE LAURO DE FREITAS, BAHIA. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 34, supl. 1, p. 19-29 jul./dez. 2010.

COSTA, A. B. DISCURSOS SOBRE O ENSINO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA EM PERNAMBUCO: análise comparativa nas escolas Sizenando Silveira e Ginásio Pernambucano no período da ditadura militar (1972-1985). Recife MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2016.

Eugênio, B.; Souzas, R.; Di Lauro, A. D. Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia Laplage em Revista, São Carlos. vol. 3, núm. 2, 2017.

Ferreira, R. A. Brasil lidera ranking de violência contra professores. Jornal USP, 06/12/2016 Atualizado: 24/04/2017 às 13:1 https://jornal.usp.br/?p=57757 . Acesso: Data: 31/10/2024 – 08:15.

Ilhéu, Taís. A escalada da violência contra professores no Brasil, segundo pesquisas. Terra, 27 mar 2023 - 20h54 (atualizado em 14/4/2023 às 18h57). Disponível:https://www.terra.com.br/noticias/educacao/a-escalada-da-violencia-contra-professores-no-brasil-segundo-pesquisas,4ff-

1cb27eb96f7dc7bb24f51a7af25388408oiz7.html?utm_source=clipboard Acesso: Data: 31/10/2024 – 09:40.
Jacomini, M. A.; Minhoto, M. A. P. Vencimento, Remuneração e Condições de Trabalho de professores da Rede Municipal de São Paulo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1235-1259, out./dez. 2015.
Junior, L. M.; Palhares, J. M. OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O "NOVO" ENSINO MÉDIO E A ESCALADA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Ciência Geográfica, Bauru – SP, (4) Janeiro/ Dezembro, 2023.
Leite, F. M.; Pessoa, M. C. B.; dos Santos, D. P.; Rocha, G. F.; Alberto, M. F. P. O sentido da escola: Concepções de estudantes adolescentes. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo. Volume 20, Número 2, Maio/Agosto de 2016.
Levy, G. C. T. M.; Sobrinho, F. P. N.; Souza, C. A. A. Síndrome de Burnout em professores da rede pública, Revista Produção, Rio de Janeiro – RJ. v. 19, n. 3, set./dez. 2009, p. 458-465.
Mello, Z. 112 professores são afastados por dia em SP por problemas de saúde mental; aumento de 15% em 2023. 05/09/2023 13h40 (Atualizado em 05/07/2024). TV Globo e g1 SP — São Paulo. Disponível: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/05/112-professores-sao-afastados-por-dia-em-sp-por-problemas-de-saude-mental-aumento-de-15percent-em-2023.ghtml . Acesso: 08/11/2024 às 18:16.
PAGANI, G. QUANDO OS PROFESSORES DESISTEM: Um estudo sobre a exoneração docente na rede estadual de ensino de São Paulo, ARARAQUARA – S.P. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar, Araraquara – SP, 2019.
Paiva, J. M. TRANSMITINDO CULTURA: A CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS DO BRASIL, 1549-1600. Revista Diálogo Educacional, Piracicaba – SP, v. 1 - n.2 - p.1-170 - jul./dez. 2000.
Reis, R. Juventudes no ensino médio: sentidos atribuídos à escola e aos planos de futuro. Revista Latitude, Maceió – AL, vol. 6, n°1, pp.131-155, 2012.
RIBEIRO, P. R. M. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO, Paidéia, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto – SP, 4, Fev/Jul, 1993.
Veras, R. S.; Ferreira, S. P. A. Afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. Educar em Revista, Curitiba, n. 38, p. 219-235, set./dez. 2010.
Vieira, B. M. Casos de Covid entre professores que trabalharam presencialmente no estado de SP é três vezes maior do que os da população da mesma faixa etária, diz estudo. G1SP — São Paulo. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/14/casos-de-covid-entre-professores-que-trabalharam-presencialmente-no-estado-de-sp-e-tres-vezes-maior-do-que-os-da-populacao-da-mesma-faixa-etaria-diz-estudo.ghtml 14/04/2021 15h31.